

FAZENDA-ROÇA GOIANA: MATRIZ ESPACIAL DO MUNDO SERTANEJO DE GOIÁS

FARM - ROÇA GOIANA: SPACE MATRIX WORLD OF SERTANEJO GOIAS

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Dr. da Universidade Federal de Goiás - UFG
eguimar@hotmail.com

Júlio César Pereira Borges

Universidade Estadual de Goiás – Unidade Iporá
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia – IESA/UFG
jcesar.ueg@gmail.com

Resumo

Ao propor uma pesquisa sobre a Fazenda-roça goiana, como matriz espacial do mundo sertanejo goiano, parte-se do pressuposto que esta consiste na estrutura e na organização espacial de Goiás, com início em meados do século XVIII e fim em meados do século XX. Nesse período, a estruturação política e econômica, marcada pelo tempo lento e pela troca simples, particulariza a realidade sociocultural goiana ao constituir-se no *locus* de seu povo. Sendo assim, afirma-se que, ao comandar o território por aproximadamente dois séculos, a Fazenda-roça goiana é enraizadora dos códigos socioculturais da tradição sertaneja por enunciar o *modus vivendes* de seus sujeitos: o sertanejo goiano. Objetiva-se, então, compreender a organização espacial da Fazenda-roça goiana ao descortinar o modo como esta propiciou e desenhou as peculiaridades da existência desse povo. Para tal, realizou-se uma análise teórica sobre o assunto, acompanhada de entrevistas com sujeitos e pesquisadores da realidade de Goiás da época.

Palavras-chave: Fazenda-Roça Goiana. Ordenamento Espacial. Sertão. Goiás. Sociabilidade Sertaneja.

Abstract

By proposing a research over the spatial matrix of goiana farm, we set off from the assumption that it was the structure of spatial organization of Goiás, beginning in the mid-eighteenth century until mid-twentieth century. During this period the political and economic structure, marked by slow time and by simple exchange, particularizing the sociocultural reality of Goiás to constitute the locus of its people. Thus, it is argued that, while commanding the territory for nearly two centuries, the goiana farm was promoter of sociocultural codes and tradition of Goiás, stating the way of life from the people: Goiás backcountry. The purpose is to understand the territorial organization the goiana farm to uncover how this led to the sociability of the backcountry of Goiás. To this, we carried out a theoretical analysis on the subject, accompanied by interviews with subjects and researchers of the reality of Goiás about that period.

Key words: Goias Farm. Space Planning. Backwoods. Goias. Sociability backwoods.

Introdução

O monjolo em seu canto ritmado... a galinha no terreiro... o porco no chiqueiro... o pomar que se estende no quintal atravessado pelo rego, vertido em bicas rústicas, feitas de aroeiras. Abaixo um pequeno córrego com uma aguada multifuncional. É o lugar onde cavalos, vacas, bezerros saciam a sua sede; crianças e adultos banham prazerosamente. À noite, na medida do silêncio esticado pelo breu faiscado por vagalumes e pela lanterninha de mão, o sertanejo, num ato só, diverte e prove a família na pescaria de bagres e traíras.

No centro decisório daquele tipo de vida simples, postada no *dégradé* da paisagem, a portentosa casa do tipo colonial. E pode-se acrescentar: a enorme varanda retangular no fundo com ligação direta a uma cozinha igualmente grande. São dois lugares que servem à prosa comum e respeitosa que, frequentemente, levam o fazendeiro, compadres, gente do eito, a arranharem o português normativo com o trato astucioso que fala a vida do lugar com sotaques do chão para lembrar a expressão bonita de Bernardes [1] ao denominá-la “fala terrosa”. Neste mundo, casos viram causos; causos tornam-se estratégias educativas e ideológicas. A vida segue sob o efeito do trabalho na terra por meio dessa cultura oral, não ingênua. Mais que abrigo, o quadro descrito é uma expressão cultural: a vida do sertanejo goiano.

Mas o que é enfático nas conversas longas, entrecortadas de gestos teatrais como a cuspida no chão e o tempo para acender o cigarro ou, cuidadosamente, efetivá-lo como uma obra de arte feita na perícia dos dedos mesmo no escuro; é a disposição da trama diária geralmente documentando uma vida ligada estritamente ao trabalho árduo que, num olhar apressado, pode se enxergar apenas o sustentáculo da reprodução de uma vida feliz e telúrica sob a trilha sonora de pássaros, latidos de cães, coaxar de sapos e berros de vacas.

As enormes janelas que circulam a casa inteira, a sala feita de tablado de madeira, os corredores por onde os quartos acomodam a gente do trabalho, os filhos, as filhas; mais a frente, ou ao lado, a tuia, o paiol, a casa de ferramentas que guarda também o carro de boi em direção ao curral mostram vínculos com a influência da cultura portuguesa. Não a toa que, de maneira humorada, o poeta goiano Carneiro [2], ao invés de dizer Goiás prefere Boiáis; e o geógrafo Teixeira Neto [3] ao procurar um sentido de origem ao mundo sertanejo goiano, próximo da expressão “civilização do boi”, denomina toda esta organização de “economia do curral”.

As enormes pastagens que se estendem no ermo da grande propriedade, entrecortadas por casinhas de pau-a-pique dos agregados e peões; as pequenas lavouras que ocupam o solo das zonas mais umidificadas dos vales; os capões de matas, muitos dos quais reservados para a

manutenção da unidade fazenda servem à recepção de cobras que por lá se desmancham conforme a eficiência misteriosa do benzedor e da fé do fazendeiro e de sua família; as estradinhas sinuosas e obtusas que ligam moradores à propriedade da fazenda aos pequenos comércios, às rotas das roças, num tempo lento desse mundo, marcado pela distância com os centros hegemônicos do País, relativamente isolados e compelidos a uma vida com sustentação rústica, simples e operosa, traçam as categorias, as variáveis e os móveis que definem o enraizamento do mundo sertanejo goiano, a partir desse modelo central: a Fazenda-roça goiana.

Uma narrativa minuciosa daria conta também de averiguar outros componentes que iluminam a centralidade enraizadora da Fazenda-roça goiana do mundo sertanejo, tais como a sociabilidade coercitiva sob o comando patriarcalista; a divisão do trabalho com as presenças da mulher, do homem, das crianças; o trato do poder na feição do coronelismo; o efetivo elo entre o carisma, a solidariedade e a permanência da exploração do trabalho; os costumes e os hábitos com ligação direta à natureza; o circuito da subjetividade sertaneja a partir do fundamento exercido pelo cristianismo patriarcal de roça ao envolver medo, obediência, respeito, preceitos sexuais; a distância e a descrença das instituições liberais modernas como o hospital, a escola, o cartório, a delegacia. Ou a necessidade e o hábito de desenvolver a solução pelo suor do rosto, pela honra da casa, pela força das mãos. Em síntese: trabalho e terra mediados pelo suor sustentam este mundo.

Mais que uma sociabilidade, plataforma de poder, funções econômicas, organização da vida, modos de morar, de vestir, de cantar, falar, ao envolver o tema no lume da reflexão geográfica há que ultrapassar o substrato da paisagem. Desta feita, ao referir-se sobre a Fazenda-roça goiana não faz menção apenas a uma unidade empírica, que tem representação efetiva nas paisagens dos séculos XVIII, XIX e se estende até o século XX com força agenciadora até o período atual. Trata-se de uma construção histórico-espacial que remonta ao modo como o território goiano se institucionalizou.

Sendo assim, a Fazenda-roça goiana é herdeira histórico-espacial da fazenda paulista e mineira sob forte influência da cultura portuguesa, por esse motivo, ganha um tônus totalizante, uma vez que é parte da construção diferenciada do território e da sociedade brasileira. Todavia, como tônus do sertão brasileiro, ela é a forma especificadora do modo como esta parte do País, em suas diferenças regionais, foi inserida no concerto da construção da nação brasileira, ao cumprir funções, inclusive além-mar. Por esse motivo é que um de seus objetivos era a preservação do sistema colonial.

Em função desses pressupostos, as reflexões que seguem, são montadas para responder o seguinte: como reconhecer na paisagem da Fazenda-roça goiana as funções territoriais do Sertão Brasileiro na relação do País com a metrópole? E mais: que tipo de vida e de sujeitos suscitou de seu modelo organizativo?

Para alimentar as reflexões, tomar-se-á como vertente um pressuposto básico: compreende-se por Fazenda-roça goiana as características sistêmicas da sociedade sertaneja goiana que se irradia pelo território goiano a partir de elos econômicos, políticos, sociais, culturais e subjetivos. Esses componentes organizam a relação efetiva entre terra, trabalho e poder, cumprindo funções locais e globais.

As características sistêmicas são entendidas como resultado da estrutura da formação econômica-social que se processou na sociabilidade sertaneja goiana. Uma construção social, porém, multidimensional, pois, é composta da interação das dimensões econômica, política e cultura constituída da ação da produção e, das relações sociais na produção espacial. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é compreender como a particularidade da Fazenda-roça goiana, atravessada pelo mundo produziu a existência do sertanejo goiano.

Nessa condição a interpretação do fenômeno aludido - a Fazenda-roça goiana - será feita primeiramente considerando-a como paisagem. Isso significa palmilhar as esferas fenomênicas de sua morfologia, desde os objetos, os instrumentos, a organização de seus arranjos. Da paisagem chegar-se-á ao território, domínio de posse feito pelo sujeito do espaço. Da paisagem ao território, o que estão colocados são as esferas de poder, as estratégias, a intervenção ideológica, a luta de classes. O espaço é então compreendido como a totalidade na qual o território é a parte concreta.

Para entender a Fazenda-roça goiana

Alguns estudiosos, tais como, Gomes [4], Castro [5], Barreira [6], Chaveiro [7], Calaça [8] e Mendonça [9], afirmam que os estudos feitos sobre Goiás, pela via da Geografia, não realizaram uma análise mais elaborada da matriz espacial de um Goiás profundo, ao buscar outras discussões acerca de múltiplas possibilidades.

Em leituras sobre o assunto, encontram-se vários pesquisadores, de várias ciências, que, por intermédio de variadas temáticas, o abordam, tais como: Almeida [10], Arrais [11], Barreira [6], Borges [12], Chaveiro [13], Chaul [14], Deus [15], Estevam [16], Gomes [17], Mendonça [9], Ramos [18], Teixeira Neto [3], dentre outros.

No entanto, dois pontos são levantados: O primeiro é que, há uma prioridade pelos elementos políticos e econômicos na leitura territorial de Goiás. O segundo é que, a leitura sobre o cultural, quase sempre, está deslocada das condições políticas e econômicas. Diante dessa dicotomia, percebeu-se que a Geografia feita em Goiás, ainda não fez uma leitura integrada, sobre os elementos internos e externos, elencando as condições políticas, econômicas, sociais e culturais da matriz espacial do sertanejo goiano.

Essa condição revela uma complexidade que coloca em questão as teses de Estevam [19] ao afirmar que a *pecuária é a essência da civilização caipira* e do mundo sertanejo, e de Teixeira Neto [20], que afirma que “por aqui a roça e o boi são mais que símbolos emblemáticos, porque, mais que em outras regiões do Brasil, foi no campo que as coisas funcionaram”.

Concorda-se que a agricultura e a pecuária, sem dúvida eram as atividades que ligavam Goiás ao sudeste do País, interligava os lugares do sertão brasileiro, por intermédio das andanças das tropas e boiadas e tem um grande peso na identidade goiana. No entanto, havia toda uma estruturação interna, a qual estas atividades eram inseridas. Na proposta da tese, afirma-se que a roça e a pecuária são parte da estrutura Fazenda-Roça goiana e não o contrário.

É nesse lume que caminha essa discussão, ao elencar a base da formação espacial de Goiás, ou seja, as dimensões política, econômica e cultural que estruturaram o nascimento de Goiás, as quais são consideradas como a Fazenda-roça goiana. Por isso, defende-se que essa estrutura, que comandou o mundo de Goiás por aproximadamente dois séculos, é a matriz espacial do mundo sertanejo de Goiás.

Nesse sentido, entender a Fazenda-roça goiana como matriz do território e do mundo sertanejo, exige a análise de uma gama de questões. É preciso compreender as ações políticas e econômicas, ou seja, os elementos externos que influenciaram a dinâmica territorial de Goiás da época; assim como os elementos internos que a particularizava [21].

É necessário, também, entender como a Fazenda-roça goiana produz o sertanejo, no que se refere à sua condição de existência, ao evidenciar seu comportamento, suas subjetividades enfim, sua cultura. A partir de então, compreender o sertanejo goiano nas suas ligações e contradições com o lugar e com o mundo contemporâneo, assim como, a Fazenda-roça goiana se apresenta no sertanejo e como o mesmo a representa na realidade atual.

A Fazenda-roça goiana consiste então, na organização espacial, que particulariza a estrutura socioeconômica e cultural de Goiás entre meados do século XVIII e meados do XX.

Esta periodização se deve às conjunturas política e socioeconômica que interligavam Goiás e o Brasil da época [22].

Na segunda metade do século XVIII, a crise da mineração abre condições para a espacialização da produção agropecuária, que passa a comandar a organização espacial de Goiás; o que se arrasta até os meados do século XX, quando a modernização do território brasileiro atravessa Goiás e o insere na dinâmica da reestruturação capitalista mundial e promove a propalada modernização do campo. Situação que é defendida por Estevam [23] como a passagem da troca simples para o período da acumulação ampliada, ou ainda, da Fazenda-roça goiana para a Empresa-fazenda.

Ao se referir sobre sua condição particular, chama-se a atenção para as características próprias da estrutura socioeconômica e cultural do Goiás da época. Embora contextualizada na lógica política e econômica nacional e mundial, havia situações da sua própria existência que o inseria na condição de espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos; os quais se processavam na dinâmica espacial da Fazenda-roça Goiana.

Como retratado por Souza [24] a dinâmica política e econômica do Brasil da época o dividiu em duas realidades distintas, Litoral e Sertão [25]. O que determinou a formação cultural dúbia, como é bem retratado nas obras literárias de Cunha [26] e Rosa [27]. No caso do Sertão, desenvolviam-se relações de produção e sociais que cumpriram o papel de viabilizar a reprodução do território do capital, particularizando-o de forma regional. Para a autora, devido à ausência efetiva da esfera estatal, havia um determinado privatismo, que garantia ao Sertão uma organização espacial peculiar.

No que se refere nomenclatura, a ideia é relacionada ao comportamento linguístico particular do sertanejo goiano, que, ao se reportar à fazenda, designa-a como roça. Assim, o rural é conhecido e verbalizado como roça. Entende-se que a palavra roça tem uma ligação intrínseca com o modo de vida do sertanejo, no qual está envolto o trabalho, a plantação; a forte ligação com a terra; elementos que simbolizam a organização espacial do Goiás sertanejo.

Há um dúvida telurismo nessa denominação, já que roça é, também, a plantação que se fazia; plantar uma roça, cultivar uma roça. O lugar se confundia com a função, com o mister, com a rotina cotidiana do trabalhar. Associa-se, ainda, a concepção de que, na roça, todos tinham uma roça, uma plantação; o que necessariamente hoje não ocorre. Na tradução mais antiga, segundo a semântica do português arcaico, roça era o “terreno de lavoura, campo em contraposição à cidade”. [28]

Nessa condição, a junção das palavras fazenda e roça representa a ideia de pensar uma estrutura produtiva que comandou o Goiás da época e a sociabilidade advinda desta estrutura. Nesse sentido a Fazenda-roça goiana é entendida como o território do sertanejo, sua morada, que vai além do sentido da casa, ou seja, onde o sertanejo se espacializa, produz o seu mundo, produzindo a si mesmo.

A Fazenda-roça goiana é, então, a organização espacial enraizadora dos códigos socioculturais da tradição goiana que, de maneira diferenciada no tempo e no espaço, se coloca como base espacial sobre a qual incide a modernização, ao cruzar os tempos, na alteração das relações de produção, na reconstituição dos poderes e no interligar dos lugares.

A origem da Fazenda-roça goiana

No campear da origem da Fazenda-roça goiana, a matriz sertaneja e espacial de Goiás, segue o caminhar [29]. Os primeiros sinais são a unanimidade dos pesquisadores sobre Goiás, ao afirmarem que, com a decadência da mineração, na segunda metade do século XVIII, a pecuária e a agricultura assumem o comando da economia, da política e da cultura goiana. Encontra-se nesse âmbito, em Goiás, o início da hegemonia da Fazenda-roça, assim como, nos caminhos das tropas e boiadas e na força da enxada, brota o sertanejo goiano.

A Fazenda-roça goiana tem sua origem no período hegemônico da mineração, que funcionava como atividade de suporte, ao alimentar a mineração com produtos agrícolas, carne e outros derivados bovinos. Mineração-lavoura-pecuária constituiu no início, um complexo interdependente em Goiás [23]. Com o apagar do ouro, a Fazenda-roça goiana de secundária assume a hegemonia socioeconômica e política de Goiás. Do tombo da bateia ascende a Fazenda-roça goiana.

No dizer de Estevam [23]: em Goiás, ao passo que decaía a mineração, crescia a atividade agropecuária. Em 1754, a produção de ouro chegou a 29.4 toneladas, já em 1774 reduziu para 10 toneladas, e em 1822 chega a 6.76 toneladas. Por outro lado, em 1756, havia 500 sítios de lavoura, em 1796 o número já havia subido para 1.647 e, em 1828 chegaram a 2.380. No que se refere à fazenda de gado, no ano de 1796 havia 522 unidades e 1828 atingiram 702 estabelecimentos. No lombo das tropas e com enxada no chão, Goiás ultrapassa as fronteiras do sertão e com sotaque sertanejo dialoga com o Brasil.

Com a atividade agropecuária fundamenta-se a matriz espacial do mundo sertanejo e espacial de Goiás. Chaul [30] ao afirmar que a crise da mineração não condicionou a

decadência goiana, corrobora com essa afirmativa. “Tudo começa com o ouro. Pior tudo acaba com o ouro”. A frase crítica, do autor, repele a ideia de pesquisadores que classificam como decadência o período pós-mineração em Goiás.

O ouro escondeu diante do seu brilho fácil o nosso passado, a mão de obra escrava ocultou o índio, a economia determinou o nascimento da história sem povo e demarcou a infância de Goiás sob as rugas da decadência. Historicamente tudo indica que nós nascemos de fato em 1722, para ficarmos órfãos de nós mesmos. [30]

Ao concordar com Chaul, não se ignora as marcas significativas da mineração colonial em Goiás. O que é afirmado é que a sociedade goiana pós-mineração imprimiu mais vida, mais vigor, abriu novos caminhos, assentou outros lugares, dinamizou o territorial de Goiás. Assim, o período, por muitos estudiosos, entendido como decadência, nessa pesquisa, é visto, pela sua ligação com o Brasil, pela particularização espacial, pela existência de seu povo, como a base econômica, política e cultural de Goiás.

Nesse sentido, o sistema Fazenda-roça goiana foi organizado no compasso do consórcio entre a pecuária e a agricultura, dispostas em unidades rurais de produção diversificada, possibilitada por uma rede técnica criativa, que manteve um sistema produtivo de *economia de abastância* e de *economia do excedente*.

Economia de abastância é uma expressão de Bertran [31] para designar à produção de alimentos superior a necessidade de sobrevivência do sertanejo. *Economia do excedente* é uma expressão de Borges [32], ao se referir à ocorrência do excedente e ao comércio local, em muitos casos pelo escambo de produtos já que o *dinheiro moeda* era objeto raro para a realidade goiana da época.

Ambas as propostas revelam a realidade goiana em questão. A prática de comercialização local da sobra pelo sertanejo era comum e já planejada desde o momento da plantação. Não se produzia apenas para o consumo, havia uma intensão da sobra para a comercialização, mesmo porque a forma de adquirir o que não era produzido na *unidade fazenda* ocorria por meio da comercialização do excedente.

Nesse interim, entende-se que o conceito de subsistência está mais inteirado ao sistema de existência do sertanejo do que da simples produção de alimentos. Conforme aponta Cândido [33]: “O homem não precisa só de comida, mas de uma organização para obter comida”. Ao produzir excedente, no vislumbre da aquisição do não produzido por ele, o sertanejo, pela via do comércio local, é inserido na rede de dependência do outro, do qual,

também, depende sua existência. A produção do excedente ultrapassa o limite do *mínimo vital* [34], ao elevar a subsistência sertaneja ao nível das relações sociais. Nesse sentido, a individualidade da autossustentabilidade, também é questionável.

Ainda no bojo da questão, discorda-se de estudiosos que afirmam que na sociedade sertaneja goiana havia uma produção de abundância, termo popularizado como *fartura*. O que alimenta essa discórdia é o alijamento da sociedade de classe da época, figurada no fazendeiro e no agregado. A *tuia* [35] cheia era uma condição do fazendeiro, contrária a do agregado, que se valia das peripécias individuais, como a caça e a pesca, para complementar a alimentação.

A representação da abundância está no imaginário do não agregado; o que é condicionado à sua condição de posse da terra e de independência na produção. O agregado submetido ao *mínimo vital*, dada à exploração do seu trabalho, não corrobora com a ideia. Sua representação é da pobreza e de sofrimento. A imagem do contrário revela as contradições da existência sertaneja. É evidente uma diferenciação clara entre a realidade do fazendeiro e do agregado, o que leva ao cuidado com a homogeneização da realidade sertaneja goiana.

Não se pode então, negar a condição de um território em disputa, como afirma Mendonça [36], ao se referir sobre o Sertão goiano;

Sertão, muitos vão dizer que é terra de ninguém, é aquilo que não é terra de ninguém, é também terra de todos. Isso também se constitui no imaginário popular o sertão como lugar de todos. Isso não é verdade, porque o sertão tinha dono. Nem todos podiam ocupar as melhores terras, as terras aguadas, aquelas que estavam próximas de alguma infraestrutura ou estradas, eram todas assenhoradas pelo patronato, pelos grandes fazendeiros. E quando tinha camponeses, populações indígenas, populações quilombolas ou remanescentes de quilombos em terras consideradas férteis elas eram sumariamente expulsas. Então o sertão é também o lugar do conflito. [36]

Nessa condição, os defensores da abundância-fartura no Goiás da Fazenda-roça goiana, comete o equívoco de alinhar a existência sertaneja do fazendeiro a do não fazendeiro, ignorando a relação de exploração. No mesmo patamar estão equivocados os que defendem a camaradagem entre eles, ao desviar a atenção da pedagogia do medo, instrumento do catolicismo, que no pacto de poder da margem ao mundo de obediência e a violência submetida aos desprovidos da posse da terra.

Ponto fundamental na organização do Goiás da Fazenda-roça goiana é o que atentam Estevam [23] e Chaul [14]: a realidade da produção agrícola e pecuária sempre teve uma condição diferente; tendo em vista sua ligação comercial com o Sudeste e Norte do País.

Segundo Chaul [14] de 1854 a 1906, a pecuária exportada obteve um crescimento substancial em Goiás, sendo responsável por 40% da arrecadação total do Estado.

No caso da agricultura, essa realidade comercial inicia-se no século XX, com o adentramento da ferrovia no interior goiano, a qual possibilitou a comercialização de produtos agrícolas com o mercado que antes era restrito ao boi. Para Barreira [6], essa mudança ocorreu no sul de Goiás, até onde a ferrovia adentrou. A mesma reconfigurou o território, no surgimento de novos focos populacionais e comerciais em locais outrora inexistentes ou de pouca expressão tanto no ouro como na agricultura, a exemplo de Pires do Rio, Leopoldo de Bulhões, Senador Canedo, Ouvidor, Anhanguera, Cumari e Ipameri, além de outras.

O Norte do território, atual Estado do Tocantins, permaneceu na estrutura anterior, com o predomínio da pecuária a qual tinha ligação comercial com o Norte e Nordeste do Brasil. O mapa 1 representa essa realidade.

Para Castilho [38]:

É significativo o papel que as redes de transportes desenvolvem junto ao sistema produtivo. Além de condicionar os fluxos do território e a própria produção de bens e produtos, a sua distribuição e/ou espacialização diferenciada influencia uma produção do território também desigual, direcionando a produção para regiões específicas e configurando o território conforme as ações dos atores sociais. [38]

No mapa a representação da ocupação agrícola de Goiás, demonstra a realidade referida, tendo em vista a concentração das localidades surgidas pela atividade agrícola no centro sul do território. Na região norte apenas Babaçulândia, Goiatins e Miracema do Tocantins, essa as margens do rio Tocantins, se destacaram nessa atividade, rodeadas por um imenso vazio, onde predominava a pecuária.

Dois pontos, já destacados por vários estudiosos sobre Goiás, merecem consideração quanto a essa realidade: a qualidade do solo no Matogrosso Goiano e a ferrovia que interliga essa região ao sudeste brasileiro, principal mercado consumidor dos produtos agrícolas de Goiás. Dois elementos fundamentais, a possibilidade de produção sem a necessidade de uso de técnicas avançadas de produção, o que não era possível para época, e o escoamento da produção, para o mercado consumidor.

Essa condição estabeleceu uma divisão regional na economia goiana. No Sul, a agricultura passa a dividir a atenção com a pecuária no mercado nacional e no Norte a pecuária predomina, sendo a agricultura voltada para o consumo e comercialização local. No entanto, havia situações internas que exigem um melhor detalhamento dessa classificação. O que pode ser acompanhado no quadro 1.

Ao analisar os dados, verifica-se que as regiões Norte e Nordeste e Centro-Norte, devido à migração nordestina, possuía um grande contingente populacional, o segundo maior de Goiás, uma agricultura de média produção e grande produção pecuária, a maior do Estado.

O detalhe a se destacar é que a produção de alimentos era baixa para o contingente populacional; o que revela a produção para o consumo interno, sem condições para a comercialização externa. A acumulação se dava pela atividade pecuária.

Quadro 1: Goiás população e produção agropecuária por região (1920)

Regiões	População	%	Agricultura	%	Pecuária	%
Norte-Nordeste	163.422	31,9	38.452,2	13,5	1.098.128	36,3
Centro-Norte	49.624	9,7	36.097,7	8,4	233.690	7,7
Mato Grosso Goiano	78.863	15,4	62.004,4	14,3	304.187	10,0
Sudoeste	31.786	6,2	66.745,8	15,4	518.980	17,1
Sul-Sudeste	188.251	36,7	209.134,5	48,3	862.784	28,5

Fonte: Chaul [39]. Org.: BORGES, J.C.P. 2013.

As regiões Mato Grosso Goiano, Sudoeste e Sul-Sudeste, que compõem nesse trabalho a grande região Centro-Sul de Goiás, são responsáveis por 78% da produção agrícola e possuía 58,3% da população. Como foi evidenciada anteriormente, a grande produção agrícola destinava-se ao mercado externo. O detalhe a destacar que tais regiões eram

responsáveis por 55,6% da produção pecuária, o que compromete a classificação simplificada do Norte pecuário e o Sul agrícola.

O que se tem é a região Norte (Norte-Nordeste e Centro-Norte), especializada na atividade pecuária e a região Sul (Mato Grosso Goiano, Sudoeste e Sul-Sudeste), inteirada na grande produção agrícola e pecuária; ao se constituir na mais dinâmica economicamente. Condição dada pela sua ligação comercial com o sudeste brasileiro, região maior dinamicidade econômica do país.

Na lógica dessa divisão regional, segue a existência sertaneja. A especialização produtiva das regiões leva a uma organização espacial diferenciada, dado as exigências de adequação específica a cada modelo de produção regional. Assim, o norte de Goiás pela sua especialização pecuária e sua relação com o Norte e nordeste do País, possui uma sociabilidade diferente do Sul, que especializou na agropecuária e sofreu influências do Sudeste brasileiro.

A Fazenda-roça goiana no contexto do seu tempo e do seu espaço

No contexto econômico e político que liga a consolidação da Fazenda-roça goiana ao mundo, pressupõe-se que a política da coroa portuguesa para o Brasil com a crise da mineração em Goiás, obrigou o Estado português a retornar ao litoral para onde sempre esteve direcionado.

Portugal não teve uma política de formação de uma nação para suas colônias. A sua intenção extrativista e mercantilista era voltada para uso superficial do território e para a acumulação rápida. Uma vez que o sertão goiano já não lhe servia para esse propósito, o Estado português se posta de frente para mar e de costas para o *hinterland*. Nesse sentido, o projeto de nação é dado à responsabilidade dos brasileiros sem apoio político. Como afirma Chaul [40] “Goiás fica a margem das atenções reais”.

No entanto, entende-se que a não institucionalização não significa a ausência do Estado em relação a Goiás, tal fato porque, a Fazenda-roça goiana, no seu surgimento, está inserida na política nacional colonialista. Ela enquadra Goiás na política comercial da Coroa Portuguesa. Mesmo não sendo exportador para o mercado externo, garante o fornecimento de alimentos para economia cafeeira.

Nessa lógica, sob suas condições peculiares de produção, preserva o interesse colonial e garante a acumulação capitalista, nos moldes da exportação, que no momento se

consolidava na atividade cafeeira. O que está em questão, é o lugar do Sertão e de Goiás na divisão regional do trabalho.

Uma prova clara da ação do Estado no ordenamento da Fazenda-roça goiana foi a regulamentação da posse de terras pelas vias da Sesmaria e da Lei de Terras. Ambas garantiram o latifúndio e a força de trabalho mediante a exclusão da terra, estabelecendo a relação de classe fazendeiro/agregado. Nasce nesse âmbito, o coronelismo em Goiás.

De acordo com Alencar [41], alguns pontos merecem destaques na atuação da lei de terras em Goiás. Em primeiro lugar, os irrisórios efeitos práticos, dessa lei, devido ao desconhecimento da situação fundiária, por parte dos governos, o sistema de posse predominava na apropriação de terra, legitimado pelo Registro Paroquial ou Registro do Vigário (Art. 13). No segundo caso, a falta de fiscalização por parte dos governos, fazia com que a lei fosse ignorada e as terras devolutas ocupadas de acordo com necessidades próprias de expansão das propriedades. O que culminou com a acumulação de terras e propriedades irregulares no estado.

Dois pontos levantados por Ferreira e Mendes [42] são importantes ao afirmarem que há um choque de interesses entre a Província e o Governo Imperial e a formas de venda de terras em Goiás. No primeiro caso, o interesse da Província adivinha da captação de recursos pela venda das terras devolutas, enquanto o Governo Imperial visava dificultar o acesso a terra pelos imigrantes; o que acarretaria problemas no acesso a mão de obra por parte dos cafeeiros no Sudeste do País. No segundo caso, a venda de terras se baseava na maior oferta de dinheiro, fator que impossibilitava a manutenção dos que já a ocupavam efetivamente.

Nesse contexto, o claro favorecimento ao controle da propriedade, revela uma condição da expansão capitalista no território goiano que influencia na organização espacial da Fazenda-roça goiana. Ao favorecer a ampliação das propriedades, a Lei de Terras e Colonização (1850) também acarreta a expulsão dos primeiros ocupantes da terra, os quais se tornariam, em parte, agregados.

Por outro lado, a exploração do seu trabalho garantia a acumulação que se processava na expansão das fazendas e novamente a exclusão e exploração do trabalho. Realidade que se caracteriza como o ciclo da reprodução capitalista no sertão goiano. Para Linhares e da Silva [43] a contribuição maior da Lei de Terras, ocorreu na garantia da força de trabalho, tendo em vista seu insucesso em instituir a propriedade fundiária, causado pela não adequação dos Fazendeiros ao sistema de cobrança de impostos.

A Lei de Terras e Colonização fracassou em instituir a propriedade fundiária no Brasil simplesmente porque não era seu objetivo, pois o cerne das discussões sempre fora a questão do trabalho, e não da terra. Na verdade, objetivava encontrar outra fonte de trabalho antes que se efetivasse a abolição, em um momento em que a Inglaterra, em nome da expansão capitalista, exigia a criação de trabalho assalariado.

Nesse contexto, Leite [44] afirma que a necessidade de instaurar o “*cativeiro da terra*” garantia, pela via da expropriação, a transformação de homens livres em trabalhadores para o capital. Segundo a autora, ao se referir sobre a realidade de Minas Gerais, a expansão da fazenda agropastoril é a forma de apropriação da terra e acumulação de capital pela exploração do trabalho. É nessa lógica que esta alicerçada a Fazenda-roça goiana.

Nesse sentido, afirma-se que a Fazenda-roça goiana surge como “entidade” materializadora do capitalismo em Goiás pela via da subordinação do trabalho dada pela exclusão da terra e o sistema de agregação. Ressalta-se que a realidade do trabalho na Fazenda-roça goiana se diferenciava, em parte, da fazenda agropastoril mineira. Essa questão se deve ao uso mais intenso da mão de obra escrava por parte da fazenda mineira [45]. Em Goiás, a escravidão, embora significativa, não teve a intensidade mineira. No pós-mineração a Fazenda-roça goiana se consolidou na relação coronel e agregado [46]. Nesse sentido se a Lei de Terras e Colonização garante a sobrevivência da fazenda mineira. Em Goiás ela consolida a Fazenda-roça goiana.

Nesse contexto, apoiado em Oliveira [47], considera-se que a gênese da Fazenda-roça goiana está relacionada à criação da propriedade da terra no Brasil, por essa razão traz em si essências e estigmas da sesmaria consolidada pela Lei de Terras, que criou o senhorio e manteve o poder autoritário atávico.

A Fazenda-roça goiana no contexto da reestruturação capitalista em Goiás

Na discussão até então, entende-se que a estrutura Fazenda-roça goiana é resultada de alinhamentos internos e ações de forças exógenas, por esse motivo, compreender a evolução e organização espacial de Goiás, por sua via, passa por uma leitura conjuntural do Brasil que se alterna de acordo a territorialização do capital, que, por sua vez, ocorreu de forma desigual no tempo e no espaço, pois o mesmo priorizava e prioriza a maior lucratividade.

Nesse sentido, ao longo do tempo, promoveu-se uma andança do capital pelo território brasileiro, sempre aliado ao Estado; que por meio das políticas governamentais, direcionava o

capital. Tal ação ao priorizar as regiões de interesse econômico externo, é responsável pela desigualdade territorial, constatada na existência de espaços luminosos e espaços opacos, o primeiro caracterizado pelo acúmulo das técnicas informacionais e o segundo pela sua ausência. [48]

Ao partir do pressuposto, que a intensidade das técnicas informacionais, determina o nível de relações, circulação, consumo, fluidez, pode ser empregada a tese dos espaços da rapidez e da lentidão, dos autores supracitados, interligando espaços luminosos-rapidez e opacos-lentidão, tendo em vista que ambos se realizam.

O Goiás da Fazenda-roça goiana está integrado ao segundo caso, tendo em vista a sua condição não atrativa ao capital, que, no período, final do século XVIII e início do século XX, se encontrava no Sudeste brasileiro de costas para o sertão e de frente para Europa, situação apontada por diversos estudiosos.

Os espaços luminosos-rapidez tendem a incrementar as técnicas informacionais intensificando sua fluidez, ao contrario dos espaços opacos-lentidão, salvo o caso de que este por algum motivo passe a interessar ao capital, que por sua vez, alia-se ao poder político e ilumina-o rapidamente.

Esse é o caso de Goiás, pós 1960, fase intensificada da modernização territorial via industrialização da agricultura, inserindo-o na dinâmica da reestruturação capitalista de produção. Como foi afirmado anteriormente, Goiás passa da fase da troca simples para a fase da acumulação capitalista. Momento em que a Fazenda-roça goiana perde sua hegemonia, ao se transformar em Empresa-Fazenda e, portanto, chega ao fim a matriz espacial do mundo sertanejo de Goiás.

Para alguns intelectuais, como Mendonça [9], Chaveiro [7], Calaça [8] e Castilho [49] o processo de modernização territorial de Goiás, que se consolidou de 1950 a 1960 e se estende até agora, teve um período preparatório chamado de antecipação da modernização conservadora.

De acordo com Borges [50], esse período é gestado no imaginário territorial de Goiás, no final do século XIX, e ganha força nos anos trinta até os cinquenta do século XX, momento em que o Estado Nacional alinhado ao Estado Local desenvolve políticas para preparar o território ao visar construir a sua modernização.

Observa-se que esse imaginário tem uma condução externa: o Brasil rural é sinalização do atraso. O novo, o moderno, o luxuoso estava centrado nas cidades,

principalmente após a construção de metrópoles como Belo Horizonte (final do século XIX), Goiânia (década de 1930), Maringá (década de 1940) e Brasília (década de 1960).

Na retórica desenvolvimentista, urbanizar é elevar-se ao patamar da racionalidade desenvolvida e de progresso dos países ricos. Modernizar é o instrumento de fazer do território o palco do progresso, é se opor à rentabilidade da acumulação simples, que é lenta, compartilhada, ligada apenas à produção da existência, que não interessa ao capitalismo de mercado, é inserir a rentabilidade liberal que é, planejada, calculada e individualista.

Essa é realidade que põe fim a hegemonia da Fazenda-roça goiana. A modernização territorial de Goiás é dotada de novos elementos políticos, econômicos e sociais que desmantela a matriz espacial sertaneja, como já afirmado, o que implica na continuidade da reprodução de sua existência. Coloca-se, então, a ligação entre Goiás e o mundo através da qual se reorientam os pactos de forças, a implementação da infraestrutura, a existência sertaneja e a imponência do capitalismo mundial na apropriação do território goiano.

O ordenamento sociocultural da Fazenda-roça goiana

Rusticidade, ruralidade e simplicidade são termos que podem enfeixar – a partir do olhar do Outro e pelo viés de uma racionalidade hegemônica externa – a sociabilidade do sertanejo goiano. Em muitos casos, o olhar preconceituoso mira a figura do camponês ao montar a perspectiva nos móveis que amparam o seu cotidiano, dando-lhe um código negativo. Rusticidade torna-se atraso; ruralidade vira irracionalidade; simplicidade sinônimo de ignorância.

O modo de morar baseando-se na casa de pau-a-pique ou de adobe em formato colonial, ou a “taipa de pilão”, com paredes de terra socada com estrume, ou similar à moradia indígena. A alimentação baseada na reposição de energia feita com arroz, feijão, milho e carne. O costume de, ao invés de tomar café da manhã, tomar uma refeição com arroz requentado. A cama rude feita pelas próprias mãos com taboca vincada na parede ou por entre esteios da casa, com o nome de “zidória” ou “catre de forquilha”.

E junto a isso, o material de trabalho como a enxada, o facão, a foice, o serrote, o balaio. E também a roda de fiar, o tear, a vassoura de palha, o fogão caipira, a carroça, o carro de boi. A bica que serve a água para lavar as vasilhas. O curral de aroeira com cercas rudes esticadas pelos próprios braços. O toco de amarrar o cavalo. A pinguela que serve para ultrapassar os córregos e riachos por onde se comunica com compadre e com os vizinhos. A padiola que

transporta a vaca ou o porco que será guardado em latas com manteiga, o paiol que guarda o mantimento. O chiqueiro ou o mangueiro que permite a engorda do porco e a sua reprodução. A arapuca, o laço que pega os pássaros que complementam a alimentação. A vara de bambu para pescar. A carabina que protege, ou que salva. Também a pedra de amolar, e tantos outros objetos marcam o modo de vida sertanejo, o seu tempo, a sua aventura espacial.

Autores que estudam a sociedade sertaneja goiana e a enxergam como herdeira cultural do mundo caipira paulista e do mundo sertanejo de mineiro, tendem a mostrar que não há muita diferenciação de classe, no modo de falar, nos gostos culinários, na efetivação do trabalho entre o fazendeiro, o agregado ou o meeiro.

Essa indiferenciação não é só uma marca da rusticidade de ambos, pois cumpre também uma operação ideológica ao estreitarem laços afetivos e próximos, como é resultado do distanciamento das instituições liberais, que, neste mundo, são repelidas como a Escola. Em função disso a rusticidade inclui todos e tudo e compõe um signo estruturante: o tempo da sociabilidade próximo do tempo da natureza. Freitas [51] ao analisar a origem histórica da Fazenda Goiana, afirma que:

a dispersão atomizada da população que estava concentrada nos pequenos núcleos urbanos depois do ciclo da mineração para as fazendas e para as propriedades rurais de forma geral, criou as bases da sociabilidade. Mas, é preciso considerar que o ciclo agropecuário não é posterior ao ciclo do ouro, ele esteve imbricado no primeiro momento e depois ganhou força a partir da decadência da mineração. [51]

Ao ver o modo atomizado de a população se estruturar nas fazendas há o indício organizativo da maneira espacial da sociabilidade sociocultural neste sistema. Ao falar diretamente sobre o possível isolamento, a historiadora ensina que,

A dificuldade de organizar a fazenda pela a falta de ferramentas, todas importadas que vinham do litoral. E a realidade do paulista que veio pra Goiás a procura de terra, a condição em que o ambiente natural era muito diversas das de próxima ao litoral, sementes, animais domésticos, criação, enfim, essas fazendas isoladas se desenvolveram se bastando a si próprias. Isso fez com que a sociedade goiana tenha desenvolvido algumas características, próprias das sociedades de fronteiras: forte individualismo na ausência do poder constituindo o poder patronal como uma fonte de poder política. A família como centro da sociedade, como célula básica da sociedade. [51]

Em conformidade com a explicação da pesquisadora, a ligação do isolamento com o ambiente natural, além das características próprias ao se basear na rusticidade, conferiu a primazia ao modo político e a força da organização familiar. Observa-se que rusticidade fazia ligação com a ruralidade e com o tempo da natureza.

O ritmo lento do carro de boi, ou a pouca eficiência operante do machado e da foice, utilizando a força muscular do trabalhador, também o desenvolvimento do saber a partir da família, geralmente do pai ao filho homem, da mãe à filha, davam sinais de um ordenamento sociocultural baseado no tempo lento, que cultivava, também, o ritmo da fala, a dramatização do corpo, o jeito de olhar, a paciência para esperar a chuva e para ler os sinais do céu e da terra.

O fato é que distante do ritmo urbano e da fábrica moderna, a engrenagem da Fazenda Goiana aglutinaria os móveis do corpo com o do trabalho, da cultura com a natureza; e, desta, fundada na terra provedora. Várias entrevistas feitas durante uma pesquisa intitulada “Povos do Mundaréu” com sujeitos oriundos do mundo da Fazenda-roça goiana sinalizam a força da terra como princípio organizativo da cultura sertaneja goiana:

A terra, meu fio, é a coisa mais sagrada que tem. Ocê imagina tanta coisa: as coisa de cume, o mio, o feijão, o arroz, a batata, tudo, né. As plantaço, os animal, o leite. Oh, meu fio, a coisa que eu mais quiria nesse mundo, é tê um pedacim de chão pra plantá. Meu pai tinha uma fazenda muito grande. Perdeu tudo. Antigamente as coisa num tinha valor, a terra era barata demais, ninguém nem sabia onde começava uma fazenda e acabava. Era difícil cuidá, dismatá. Sô aposentado, tô aqui na cidade – num tem jeito, né. Fazê o quê? Tem saudade de passarim, de galo cantá, de berro de vaca, num tô brincando, não. Essas coisa, ocê sabe, quem vei da roça nunca esquece. [52]

Se a terra se coloca como fonte primária, recorrente e misteriosa de vida, neste mundo o trabalho é o agenciador total, tanto da produção, como da honra, do caráter, do sentido de ser humano. A necessidade de trabalhar para o suprimento de quase tudo, em face às distâncias e ao regime da troca simples, o imbricamento de subordinação do camponês agregado ao patrão fazendeiro, juntamente com toda a família numa espécie de célula produtiva subordinada, confere ao trabalho o código de honradez, de identidade e de primazia ao sujeito.

O prestígio de um indivíduo ao invés de ser pelo aspecto estético e de poder institucional ocorria pela sua capacidade de trabalhar, por exemplo, por fazer várias leiras de arroz na carpina mais que outros; ou para tirar mais leite em menos tempo que a maioria.

Os hábitos de acordar muito cedo e de dormir igualmente muito cedo, conforme os adágios de “dormir junto com as galinhas”, e “quem acorda cedo Deus ajuda”, e de recorrer às sobras da janta e requentá-la, acender o fogão, passar o café, pegar a enxada e ir para o eito em trieirinhos cheios de orvalhos, enfrentar, com coragem, o sol a pino, desenvolver a carpina, esperar o filho levar o almoço ainda muito cedo para o almoço nos caldeirões, fumar os cigarros de palhas em intervalos regulares, desenvolver um papo com o companheiro de eito, pensar no não-sei-o-quê quando olha o horizonte, ordenar a esposa e aos filhos quanto às tarefas imediatas, retornar da roça, tomar o banho na bica mostram, testemunham e afirmam a vida simples organizada num tempo lento fundado na relação íntima com a natureza quase numa espécie de subordinação ao tempo celestial.

O tempo fortuito cumpre também mandamentos dessa temporalidade lenta, como organizar uma pequena pescaria, gastar o tempo e matar uma cobra, espantar um gavião, ordenar o cachorro para pegar uma galinha, procurar o ninho da galinha e recolher os ovos, fazer uma armadilha para pegar o bicho que está pegando os pintinhos da galinha. Ou acordar na madrugada para tirar leite do gado, são demonstrações que o circuito do trabalho possui uma esfera abrangente e se mistura ao lazer e ao descanso.

A realização total do trabalho como signo deste mundo fazia ligação efetiva com outros componentes como, por exemplo, os hábitos alimentares que tinham ligação com a produção e com os desígnios da terra. O hábito alimentar baseado no consumo do arroz, do feijão, do milho, da carne e do leite na dieta diária, muitos deles transformando trabalho em festa, alimentação em eventos, como é o caso do mutirão, da marca, da pamonhada dão sinais de entrelaçamento e ordenamento sociocultural. De acordo com as reflexões feitas não se trata de apresentar uma visão idílica deste mundo, destituindo-o de contradições. Neste ordenamento sociocultural há a afirmação de uma estrutura de poder. Freitas [51] sintetiza que,

A sociedade rural é conservadora, no momento em que o colono se fixa, e passa a depender da agricultura ele estabelece uma família e é nos braços dessa família que se desenvolve na propriedade. Essa é outra característica da sociedade goiana, essa prevalência da família como núcleo muito consagrado, perpetuado da sociedade e da cultura de Goiás. [51]

Assim sendo, outros componentes da sociabilidade sertaneja própria da Fazenda-roça Goiana como o lazer usando a oferta de águas nas nascentes, nos regos, nos açudes, córregos, ou rios ou na montagem de animais, também as caças de pássaros, animais mostram que é

uma cultura fundada na ligação íntima como tempo da natureza sob o critério das lições e das punições da família; especialmente do poder do pai, da figura masculina. Cabe a ele, também, controlar o desejo da filha e não deixá-la perder, participar da escolha dos parceiros para casarem com os filhos, administrar a cabeça dos filhos, o seu rumo, o seu destino.

Neste vínculo de cultura e de poder, o casamento torna-se um preceito religioso e social que existe para fundar a família como ente sagrado, lugar de coesão e de definição das identidades sociais. Cabe à família fazer a ligação do filho com o mundo do trabalho em que a identidade masculina – laboriosa e forte - tem o dever de esculpir a honra da palavra, a provisão do alimento. O mistério da vida sem segredo.

Mas, não se trata de apenas curvar o poder patriarcal como governo educativo. Junta-se a ele, a trama das superstições, que vai desde o medo de assombração, de mula sem cabeça, do lobisomem, do capeta até os recados agourentos da coruja, do gavião sem pena, do sapo. Daí o costume – e a necessidade imperial - de fazer orações quando acorda, quando se toma as refeições, quando se passa por um cruzeiro, ao dormir e nos intervalos de uma boa prosa. Os códigos do cristianismo educam, protegem e fazem unir fazendeiro e camponês, todos sob a mira e sob a proteção do Deus cristão.

Desta feita, o cristianismo católico restitui, também, o legado cultural de origem portuguesa, que iniciado em Goiás pela via do bandeirantismo paulista, ocupou-se em instruir uma cartografia de crenças, superstições, festividades, ritos e eventos que ajudaram na formação da mentalidade do sertanejo goiano estruturado na Fazenda goiana, mediante a vivência diária, os contratos de humor, as astúcias, como, também, nos motes educativos sem passar pela laicidade da escola e da razão iluminista instrumental.

Neste campo, registra-se a pouca circulação de símbolos que permite a criação de um sujeito com medo das coisas do além e com coragem para enfrentar os problemas da terra. Aliás, é pelo legado da terra que se efetiva os saberes conquistados ainda pela experiência com o trabalho, por ouvir atentamente e respeitosamente os mais idosos.

Na trama de pouca novidade e de pouca circulação de símbolos há a possibilidade do enraizamento e, portanto, das pessoas conhecerem os códigos de seu mundo, como os pais saberem da cabeça dos filhos, os filhos saberem o que pensam os pais, as esposas terem em mente o que fazem e o que devem fazer. Nesta ordem simbólica, a coesão apesar de ser coercitiva imprime a lógica e o ritmo de vida ajustando ideologicamente os entes a aceitarem o mundo tal como enunciado: “a vida é assim mesmo”.

No entanto, mais que isso, a partir dos legados desse cristianismo-de-roça e dessa sociabilidade operosa foi possível alicerçar as teias de poder e o lugar de cada sujeito do mundo sertanejo, hierarquizando-os e afinando uma coesão entre homens, mulheres, esposos, esposas, filhos, filhas, padrinhos, madrinhas, compadres, comadres, amigos.

Destaca-se, também, o legado psicológico pela via de uma pedagogia do medo, com a severidade do fazendeiro do esposo machista que, cada um em seu lugar e em sua escala, controla o poder, as relações de produção, a ligação com os animais, como, também o desejo, o afeto, o campo moral, ética, estético, emotivo.

Daí que neste ordenamento sociocultural ocorresse junto à formação do inconsciente pela qualificação do valor do trabalho, pela hierarquia de poder entre os sujeitos e os seus lugares; pela formação dos valores, que não deixava de derrapar, extraviar-se, conforme os relatos de moças que apaixonadas fugiam dos pais na calada das noites; ou de filhos que temerosos diante de uma vida com pouca ou nenhuma mobilidade social, deixavam a família e partiam para São Paulo em busca de escola, outro tipo de trabalho, outro modo de vida.

Vê-se, contudo, que as características duras e os valores vigiados responsabilizavam também por edificarem sujeitos com timbres dignos, prontos para o ato de solidariedade e de fraternidade, dado ao trabalho, sem a conduta estratégica do sujeito liberal urbano. Desse mundo rústico e tido como atrasado, conforme os registros dos viajantes europeus que golpearam as primeiras imagens daqui elaborou-se uma vida simples, própria de um tempo e de uma intimidade com a natureza. A efetiva ligação do trabalho com a terra, com a natureza e com a cultura, especificada na estrutura e na organização da Fazenda Goiana, deu o pontapé matricial do mundo sertanejo goiano cheio de conflitos e sensibilidades.

Considerações Finais

À medida que se intensifica a investigação sobre a estrutura e a organização da Fazenda-roça goiana descobre-se que aquele mundo simples testemunha o modo pelo qual espaço e tempo medeiam a construção da sociedade brasileira. E mais: descobre-se, também, que não se pode considerar que houve um abandono do colonizador relativo ao Sertão goiano. O contrário: constituíram-se laços de dominação que, a partir da divisão regional do trabalho, incluiu o Sertão e o sertanejo na trama colonial importante para, fora consolidar o modo de produção capitalista.

Convém considerar que, no jogo dialético e histórico próprio do devir humano, houve um processo de particularização de relações, modos de vida, reações e conflitos entre o Sertão goiano e o litoral. A Fazenda-roça goiana é o exemplo dessa particularidade que, diferente do que foi propugnado por diversos autores, não se fechava num isolamento que poderia conduzir o sertanejo goiano a ter emblema de um “povo rude”.

A reflexão que montamos sobre a Fazenda-roça goiana – e os diversos tipos de procedimentos metodológicos utilizados na investigação, como a leitura de documentos, as entrevistas, o levantamento bibliográfico – mostraram que ela – a Fazenda-roça goiana - foi constituída por uma costura simbiótica de correlações - e entrelaçamentos - de múltiplos fatores geográficos, históricos, sociológicos, culturais e econômicos, logrando-a como uma estrutura espacial totalizante.

Essa estrutura não pode ser considerada apenas na perspectiva da paisagem. Seus lastros fundadores revelam componentes centrais que operaram a construção do País como, por exemplo, a efetivação do latifúndio, a força de seu controle, a organização de classes, a importância e o consentimento da violência. E ainda: pela diversidade produtiva ainda que no logro da enxada e da foice; pelo tempo lento próximo ao funcionamento da natureza; pela troca simples que não extinguiu a necessidade de produzir excedentes; pela cultura patriarcalista que faz eco com os poderes absolutistas; pelo coronelismo que mantém, a ferro e a fogo, a posse da terra; pelo catolicismo de roça que gerou uma subjetividade medrosa, afetiva e, quase sempre, subserviente; pela exígua ligação dos núcleos urbanos ao rural. Daí poder-se-ia afirmar: a Fazenda-roça goiana é, de fato, uma estrutura espacial, portanto, um estuário de símbolos e de signos que estão presentes no enraizamento da identidade sertaneja de Goiás e, por isso, é a matriz sociocultural do sertanejo goiano.

Cabe destacar que os fortes vínculos do sertanejo goiano com a terra, a sua crença no trabalho como fonte de dignidade e de honra, a disposição para conversar, a forte tradição com a oralidade, suas estratégias de humor – e seus saberes logrados na relação de terra e trabalho – tecem, também, os móveis de sua cultura e de sua subjetividade. Dessa maneira, o legado objetivo não se separa do subjetivo.

Os enredos, as narrativas e os personagens que foram tramados por diversos literatos goianos colocaram em cena a vida do sertanejo goiano, mostraram esses vínculos, muitas vezes de maneira dramática, conflituosa e quase sempre recheados da força da natureza, incluindo, na operação simbólica, a trama do catolicismo popular.

Por esse motivo é que não se pode concordar totalmente com a tese do isolamento do espaço goiano e do camponês goiano. Mesmo simbolicamente, ainda que a especificar, a seu modo, houve sempre uma relação com signos externos, seja de Minas Gerais e de São Paulo, em se tratando do Brasil, ou de Portugal, em se tratando dos externos. Mas não há dúvida que a cultura indígena e a negra reforçaram os aspectos especificadores do mundo sertanejo, que contribui para a sua singularidade e, posterior, para o seu entrelaçamento.

Notas

- [1] Bernardes, 1972.
- [2] Carneiro, 2003.
- [3] Teixeira Neto, 2008.
- [4] Gomes, 2002.
- [5] Castro, 2004.
- [6] Barreira, 1997.
- [7] Chaveiro, 2005.
- [8] Calaça, 2005.
- [9] Mendonça, 2005.
- [10] Almeida, 2008.
- [11] Arrais, 2004.
- [12] Borges, 2000 e 2008.
- [13] Chaveiro, 2011.
- [14] Chaul, 2010.
- [15] Deus, 2002.
- [16] Estevam, 2004 e 2008.
- [17] Gomes, 2008.
- [18] Ramos, 1998.
- [19] Estevam, 2008.
- [20] Teixeira Neto, 2008, p. 03.
- [21] Refere-se à noção de espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos (MORAES, 2005, p.45).
- [22] No que se refere à periodização, essa representa os diferentes usos do território nos dois momentos históricos, que por sua vez estavam relacionados com realidade brasileira e mundial de cada época. “Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a historia particular e história global”. (SANTOS E SILVEIRA, 2011, p. 20).
- [23] Estevam, 2004.
- [24] Vidal e Souza, 1997.
- [25] Sabe-se da complexidade e variedade conceitual de Sertão, como foi apresentado por Amado (1995). Portanto, a ideia de sertão que aqui se discute supera a visão política e econômica de Souza (1997), acrescentando sua condição cultural, por isso, ao se tratar de Sertão goiano, está-se referindo ao lugar que devido sua função na divisão regional do trabalho da época, condicionou a existência de um povo. O sertanejo goiano. Nesse interim o sertanejo goiano é entendido, como o povo que viveu essa realidade, sendo ele o índio, o agregado, o chacareiro, o vaqueiro, o peão e todos os outros tipos que compuseram essa realidade.
- [26] Cunha, 2000.
- [27] Rosa, 1967.
- [28] FIGUEIREDO, 1911, p.788.
- [29] Atividade comum na Fazenda-roça goiana, que se refere à procura de um animal sumido. Essa atividade, não é simples, pode ser duradoura e penosa. De acordo com o dicionário da Língua portuguesa é andar no campo a cavalo em procura ou tratamento de gado; campear.
- [30] Chaul, 2010, p. 27.

- [31] Bertran, 1978.
- [32] Borges, 2008.
- [33] Cândido, 1977, p. 49.
- [34] Expressão usada por Cândido (1977).
- [35] Utensílio para guardar alimento, para o consumo do ano, o qual era reabastecido no ano seguinte com a própria colheita.
- [36] Mendonça, 2013.
- [37] Mendonça 2013, 25 minutos.
- [38] No final do século XIX o povoamento em Goiás era disperso e as localidades forjadas por restritas relações com outros espaços do País. Criar as condições para que a fronteira econômica nacional alcançasse as terras goianas significava que a criação de um Estado e a constituição de um marco legal deveria ser acompanhada por uma infraestrutura que permitisse a ligação entre diferentes espaços produtivos e de consumo. As redes de transportes, nesse sentido, foram importantes meios para a conexão de Goiás com outros espaços do país, especialmente com o sudeste brasileiro. (CASTILHO 2012, P. 01)
- [38] Castilho 2012, p. 1.
- [39] Chaul, 2010, p. 122.
- [40] Chaul, 2010, p. 61.
- [41] Alencar, 1993.
- [42] Ferreira e Mendes, 2009.
- [43] Linhares e Silva, 1999.
- [44] Leite, 2012.
- [45] Minas Gerais sempre sustentou uma grande população escrava desde o período colonial até a abolição. Em 1767 a Capitania contava com 126.603 escravos, o que correspondia a 60,7% da população total. Embora o percentual de escravos no conjunto da população mineira tenha caído para 35,4% em 1821, o contingente cativo continuou sendo o componente da mão-de-obra mais importante da economia de Minas. Em 1819 havia na província 168.543 escravos, 5,2% da população escrava do Brasil. Em 1872 essa porcentagem cresceu para 24,7%. Assim, Minas Gerais foi, até o final do século XIX, a maior detentora de escravos do Brasil. (RANGEL, 2005, p.1)
- [46] Em Goiás, o maior número de escravos registrado se deu em 1819, com 26.800 pessoas, no final do século em 1872 esse número atinge os 10.652 escravos. (ESTEVAM, 2004).
- [47] Ariovaldo Umbelino de Oliveira: Parte de uma fala no Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia, na cidade de Goiânia em 2011.
- [48] Santos e Silveira, 2011, p. 264.
- [49] Castilho, 2012.
- [50] Borges, 2007.
- [51] Freitas, 2012.
- [52] Entrevista sujeitos oriundos do mundo da Fazenda-roça durante uma pesquisa intitulada “Povos do Mundaréu”.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. A. G. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850/1910)**. 1993, 180f. Tese (Doutorado em Geografia). Goiânia: PUC-GO, 1993.

ALMEIDA, Maria Geralda. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais – Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). **Geografia e Cultura os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Ed. Vieira, 2008, p. 47 – 76.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145 - 151.

BARREIRA, C.C.M.A. **Região da estrada do boi**: usos e abusos da natureza. Goiânia: UFG, 1997.

BERNARDES, Carmo. **Reçaga**. Goiânia: Editora Cultura Goiana, 1972.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930-1960. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Estado e Economia no Brasil Central**: o poder dos grandes produtores rurais. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

BORGES, Júlio César P. **Estado e políticas públicas**: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano. 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Ateliê Geográfico**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Edição especial, vol. 1, n. 9, p. 6-23, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CASTRO, João Alves de. O Estado e a Apropriação do Território de Goiás. In: Gomes, Horieste. **O Espaço Goiano**. Goiânia: AGB, 2004, p. 59 – 92.

CARNEIRO, Brasigois Felício. **Viver é devagar**. Goiânia: Asa, 2003.

CASTILHO, Denis. Estado e Rede de Transporte em Goiás-Brasil (1889-1950). **Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 de novembro de 2012, vol. 16, n. 418, 2012.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás, da construção da decadência da modernidade**. Goiânia: Editora da UCG, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Traços, Linhas e Matrizes para a Compreensão de um Goiás Profundo. In: Chaveiro, E. F. (Org.). **A Captura do Território Goiano e a sua múltipla dimensão Socioespacial**. Goiânia: Ed. Modelo, 2005, p. 12 – 27.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Povos do Mundaréu**. 2011, 20 p. (artigo não publicado).

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 2000.

DEUS, J.B de. As atuais transformações estruturais na economia goiana e seus desdobramentos nas mudanças socioespaciais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002, p. 45 –62.

ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª Ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.

ESTEVAM, Luís. No Cerrado das Tropas e Boiadas (ensaio histórico – literário). In: GOMES, Horieste (Org.). **Universo do Cerrado**. Vol. 2. Goiânia: Editora da UCG, 2008, p. 468 - 479.

FERREIRA, Idelvone Mendes. MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Organização do Espaço Agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX)**. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. Anais (on-line). São Paulo: USP, 2009, p. 1-27.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editora Bertrand, 1911.

FREITAS, L. C. B. de. **Origem histórica da fazenda goiana**. Entrevista. [25 out 2012]. Trindade-GO. Entrevista concedida a Júlio César Pereira Borges e Eguimar Felício Chaveiro, 2012.

GOMES, Horieste. A Nova Matriz Espacial do Território Goiano. In: GOMES, Horieste (Org.) **Universo do Cerrado**. Vol. 2. Goiânia: Editora da UCG, 2008, p. 353 - 376.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A expansão da fazenda agropastoril como expediente para mobilizar o trabalho e promover a acumulação de capital regional e coronelista nas Minas Gerais da República Velha**. In: Encontro de Pós-Graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, VI, 2012, São Paulo. Anais do VI Encontro de Pós-Graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2012, CD-ROM, p. 121 – 145.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Compus, 1999.

MENDONÇA, Marcelo. **A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente-SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2005.

MENDONÇA, Marcelo. **O Sertão Goiano: entrevista**. [04 mar 2013]. Catalão-GO: Entrevista concedida a Júlio César Pereira Borges, 2013.

MORAES, Robson de Sousa Moraes. As Formas Contemporâneas da Captura Capitalista do Território Goiano. In: CHAVEIRO, Eguimar Felício (Org.). **A Captura do Território Goiano e a sua múltipla dimensão Socioespacial**. Goiânia: Ed. Modelo, 2005, p. 13 – 45.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira**. Goiânia: Ed. UFG, 2011.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas**. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

RANGEL, Ana Paula. **Aspectos da demografia escrava em Vila Rica – 1755-1815**. In: Colóquio do LAHES-Laboratório de História Econômica e Social, 2005, Juiz de Fora-MG. Anais do Colóquio do LAHES 2005, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2005, CD-ROM, p. 125 – 142.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **BRASIL**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2011.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Pequena história da agropecuária goiana (o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi!). In: GOMES, Horieste (Org.). **Universo do Cerrado**. Vol. 1. Goiânia: Editora da UCG, 2008, p. 468 – 479.

VIDAL e SOUZA. Candice. **A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

Recebido em 05/11/2014. Aceito para publicação em 18/03/2015.
--